

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF

Termo de Referência 44/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2025	200338-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF	LAION DE SOUSA ANDRADE	13/10/2025 17:28 (v 2.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08280.010621/2025-71

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de ELETROELETRÔNICOS, conforme especificações, quantidades e demais condições constantes na tabela anexa, destinada ao atendimento das necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF).
- 1.2. A aquisição obedecerá às condições, prazos, requisitos técnicos, critérios de sustentabilidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital que regulamenta o procedimento licitatório.
- 1.3. Os bens adquiridos deverão atender aos padrões de qualidade, garantia e segurança necessários para o uso institucional, conforme normas técnicas vigentes.

QUADRO GERAL

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QNTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Bebedouro industrial água, capacidade 100L, 3 torneiras latão cromado, gabinete aço inoxidável	Unidade	628836	13	2.900,00	37.700,00
2	Climatizador evaporativo, capacidade água 100L, com rodízios, potência 280W, tensão 220V, motor monofásico, vazão 9.000	Unidade	628049	3	2.900,00	8.700,00
3	Forno micro-ondas, capacidade 42L, temporizador até 99 minutos e 99 segundos, aço inoxidável, voltagem 120 /220	Unidade	629863	26	4.000,00	104.000,00
4	Televisor Smart TV 4K 75", LED n, controle remoto, Wi-Fi, entradas HDMI/USB, conversor, cor preta, voltagem	Unidade	611856	21	5.300,00	111.300,00

	110/220					
5	Depurador/exaustor ar, capacidade sucção 290, potência 155, 6 bocas, voltagem 127/220	Unidade	620678	5	600,00	3.000,00
6	Sanduicheira grill, chapas teflon, aço inoxidável, potência 750W, tensão 220	Unidade	605389	9	70,00	630,00
7	Fone ouvido circumaural (over-ear), sem fio, dobrável, frequência 20 Hz a 20 kHz, impedância 32, sensibilidade 100 dB	Unidade	628093	200	620,00	124.000,00

Total Global : 389.330,00

ORGÃO GERENCIADOR - Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF)

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QNTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Bebedouro industrial água, capacidade 100L, 3 torneiras latão cromado, gabinete aço inoxidável	Unidade	628836	2	2.900,00	5.800,00
2	Climatizador evaporativo, capacidade água 100L, com rodízios, potência 280W, tensão 220V, motor monofásico, vazão 9.000	Unidade	628049	1	2.900,00	2.900,00
3	Forno micro-ondas, capacidade 42L, temporizador até 99 minutos e 99 segundos, aço inoxidável, voltagem 120/220	Unidade	629863	11	4.000,00	44.000,00
4	Televisor Smart TV 4K 75", LED, controle remoto, Wi-Fi, entradas HDMI/USB, conversor, cor preta, voltagem 110 /220	Unidade	611856	4	5.300,00	21.200,00
5	Depurador/exaustor ar, capacidade sucção 290, potência 155, 6 bocas, voltagem 127/220	Unidade	620678	1	600,00	600,00
6	Sanduicheira grill, chapas teflon, aço inoxidável, potência 750W, tensão 220	Unidade	605389	2	70,00	140,00
7	Fone ouvido circumaural (over-ear), sem fio, dobrável, frequência 20 Hz a 20 kHz, impedância 32, sensibilidade 100 dB	Unidade	628093	20	620,00	12.400,00

Valor Global Estimado da Contratação: R\$ 87.040,00

Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal
Endereço: SAIS Quadra 7 – Lote 23 – Setor Policial Sul – Brasília/DF – CEP 70610-902 - Horário de atendimento: 08h00 às 12h00 e 13h00 às 16h00
Telefones: (61) 2024-7500 / (61) 2024-7503 (Plantão)

QUADRO I - Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional do Piauí (SR/PF/PI).

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QNTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
----	-----------	---------	--------	-------	-------------------------	-------------

					(R\$)	(R\$)
1	Bebedouro industrial água, capacidade 100L, 3 torneiras latão cromado, gabinete aço inoxidável	Unidade	628836	8	2.900,00	23.200,00
2	Climatizador evaporativo, capacidade água 100L, com rodízios, potência 280W, tensão 220V, motor monofásico, vazão 9.000	Unidade	628049	1	2.900,00	2.900,00
3	Forno micro-ondas, capacidade 42L, temporizador até 99 minutos e 99 segundos, aço inoxidável, voltagem 120 /220	Unidade	629863	4	4.000,00	16.000,00
4	Televisor Smart TV 4K 75", LED , controle remoto, Wi-Fi, entradas HDMI/USB, conversor, cor preta, voltagem 110 /220	Unidade	611856	1	5.300,00	5300,00
5	Depurador/exaustor ar, capacidade sucção 290, potência 155, 6 bocas, voltagem 127/220	Unidade	620678	3	600,00	1.800,00
6	Sanducheira grill, chapas teflon, aço inoxidável, potência 750W, tensão 220	Unidade	605389	3	70,00	210,00
7	Fone ouvido circumaural (over-ear), sem fio, dobrável, frequência 20 Hz a 20 kHz, impedância 32, sensibilidade 100 dB	Unidade	628093	170	620,00	105.400,00

Valor Global Estimado da Contratação: = 154.810,00 R\$

ENDEREÇO DE ENTREGA

Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Piauí
Av. João XXIII, nº 4500 – Recanto das Palmeiras CEP: 64003-160 – Teresina /PI

QUADRO II - COMANDO DO EXERCITO - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO CMP

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QNTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Bebedouro industrial água, capacidade 100L, 3 torneiras latão cromado, gabinete aço inoxidável	Unidade	628836	2	2.900,00	5.800,00
2	Climatizador evaporativo, capacidade água 100L, com rodízios, potência 280W, tensão 220V, motor monofásico, vazão 9.000	Unidade	628049	1	2.900,00	2.900,00
3	Forno micro-ondas, capacidade 42L, temporizador até 99 minutos e 99 segundos, aço inoxidável, voltagem 120/220	Unidade	629863	10	4.000,00	40.000,00
4	Televisor Smart TV 4K 75", LED t, controle remoto, Wi-Fi, entradas HDMI/USB, conversor, cor preta, voltagem 110 /220	Unidade	611856	4	5.300,00	21.200,00
5	Depurador/exaustor ar, capacidade sucção 290, potência 155, 6 bocas, voltagem 127/220	Unidade	620678	1	600,00	600,00
6	Sanducheira grill, chapas teflon, aço inoxidável, potência 750W, tensão 220	Unidade	605389	2	70,00	140,00
	Fone ouvido circumaural (over-ear), sem fio, dobrável,					

7	frequência 20 Hz a 20 kHz, impedância 32, sensibilidade 100 dB	Unidade	628093	10	620,00	6.200,00
---	--	---------	--------	----	--------	----------

Valor Global Estimado da Contratação = 76.840,00 R\$

ENDEREÇO DE ENTREGA

Comando do Exército – Base de Administração e Apoio do CMP
Avenida do Exército, Bloco Base ADM AP/CMP - Brasília/DF - CEP 70655-775

QUADRO III - COMANDO DO EXERCITO - COMANDO DE OPERACOES TERRESTRES

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QNTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Bebedouro industrial água, capacidade 100L, 3 torneiras latão cromado, gabinete aço inoxidável	Unidade	628836	1	2.900,00	2.900,00
3	Forno micro-ondas, capacidade 42L, temporizador até 99 minutos e 99 segundos, aço inoxidável, voltagem 120/220	Unidade	629863	1	4.000,00	4000,00
4	Televisor Smart TV 4K 75", LED, controle remoto, Wi-Fi, entradas HDMI/USB, conversor, cor preta, voltagem 110 /220	Unidade	611856	12	5.300,00	63.600,00
6	Sanducheira grill, chapas teflon, aço inoxidável, potência 750W, tensão 220	Unidade	628093	2	70,00	140,00

Valor Global Estimado da Contratação = 70.640,00

ENDEREÇO DE ENTREGA

Comando do Exército – Comando de Operações Terrestres – UG
QG Exército, Bloco H, 2º Andar CEP: 70630-910 – Brasília/DF

Observação: Os códigos CATMAT indicados são genéricos e devem ser confirmados junto ao sistema oficial para garantir a correta classificação dos materiais. Além disso, todos os produtos deverão ser certificados conforme especificado no Termo de Referência (TR).

1.4 Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o do Portal Compras.gov.br prevalece o que está no Termo de Referência.

1.5 As citações de Marcas/Modelos nas especificações tratam-se apenas de referencial para o certame.

1.6 Os licitantes DEVERÃO apresentar os catálogos técnicos/folders, com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados afim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado.

1.7 A garantia deve ser de um ano para todos os itens, conforme exigida no edital, exceto para aqueles cuja garantia esteja indicada na descrição do item.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.9 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.10 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 22 do Decreto nº 11.462 de 2023.

1.9. As regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação constam na ata de Registro de Preços.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de dotar a Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF) de condições adequadas de infraestrutura para apoio às atividades administrativas e operacionais, em conformidade com o disposto nos arts. 6º, inciso XXIII, e 40 da Lei nº 14.133/2021, que exigem a definição precisa do objeto e a motivação da contratação.

2.2. Os bens ora especificados consistem em eletroeletrônicos de uso institucional, tais como bebedouros industriais, climatizadores, televisores, fornos de micro-ondas, depuradores, sanduicheiras e fones de ouvido. Estes equipamentos são indispensáveis para assegurar:

- a adequada **higienização e bem-estar dos servidores e colaboradores** (caso de bebedouros e climatizadores);
- o pleno funcionamento das **atividades administrativas e de apoio logístico**, mediante a disponibilização de equipamentos de uso coletivo (micro-ondas, depuradores e sanduicheiras);
- o suporte às **atividades operacionais e de capacitação**, especialmente no que se refere ao uso de televisores e fones de ouvido em treinamentos, reuniões técnicas e ações de inteligência.

2.3. Ressalta-se que os bens a serem adquiridos substituem equipamentos atualmente em uso que se encontram em estado de desgaste ou não atendem mais às necessidades funcionais da unidade, comprometendo a eficiência e a continuidade das atividades.

2.4. Portanto, a contratação em referência visa garantir a manutenção de condições adequadas de trabalho, higiene e conforto, além de assegurar eficiência e economicidade na execução das atividades desempenhadas pela SR/PF/DF, atendendo ao princípio da continuidade do serviço público e ao dever de eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Os bens a serem fornecidos deverão observar critérios de sustentabilidade, em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, priorizando-se produtos que promovam maior eficiência energética, durabilidade e redução de impactos ambientais.

4.1.2. Sempre que aplicável, os equipamentos deverão possuir:

- **Selo de Eficiência Energética do INMETRO (nível A ou equivalente)**, no caso de aparelhos eletroeletrônicos que demandem consumo de energia elétrica, tais como televisores, climatizadores e fornos de micro-ondas;
- *(Redação dada pela Portaria INMETRO nº 89, de 02/05/2017). § 2º* Excluem-se destes requisitos aparelhos acima de **65 polegadas** e menores que **13 polegadas**, bem como **microcomputadores tipo PC com monitor integrado e que incorporem sintonizador interno de radiofrequência (tipo All-in-one)**.
(Redação dada pela Portaria INMETRO nº 89, de 02/05/2017).
- **manual de uso e instruções técnicas em meio digital ou impresso reciclado**, de forma a reduzir o consumo de papel;
- materiais de fabricação que observem critérios de **reciclabilidade e baixo impacto ambiental**, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.3. O fornecedor deverá, sempre que solicitado, apresentar informações sobre a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos oriundos das embalagens dos produtos fornecidos, em consonância com o art. 33 da Lei nº 12.305/2010.

4.1.4. Eventuais substituições de bens durante o período de garantia deverão ocorrer mediante recolhimento e descarte ambientalmente correto do item substituído, com a devida comprovação documental à Administração.

4.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

4.2.1. Como regra geral, a comprovação das especificações técnicas dos itens deverá ocorrer mediante apresentação de **manual técnico, catálogo, caderno de especificações ou ficha técnica do fabricante**, em língua portuguesa, os quais deverão ser suficientes para demonstrar a conformidade do produto ofertado com as exigências do presente Termo de Referência.

4.2.2. A exigência de **amostra física** ocorrerá somente nos casos em que as características do objeto não puderem ser comprovadas adequadamente por meio documental, situação em que o Pregoeiro convocará no sistema eletrônico o interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar para apresentação da amostra.

Subcontratação:

4.21. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.22. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento do empenho.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal – SR/PF/DF, localizado no seguinte endereço:

ÓRGÃO GERENCIADOR

Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal
Endereço: SAIS Quadra 7 – Lote 23 – Setor Policial Sul – Brasília/DF – CEP 70610-902 - Horário de atendimento: 08h00 às 12h00 e 13h00 às 16h00
Telefones: (61) 2024-7500 / (61) 2024-7503 (Plantão)

QUADRO I - Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional do Piauí (SR/PF/PI)

ENDEREÇO DE ENTREGA
Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Piauí
Av. João XXIII, nº 4500 – Recanto das Palmeiras CEP: 64003-160 – Teresina /PI

QUADRO II - COMANDO DO EXERCITO - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO CMP

ENDEREÇO DE ENTREGA
Comando do Exército – Base de Administração e Apoio do CMP
Avenida do Exército, Bloco Base ADM AP/CMP - Brasília/DF - CEP 70655-775

QUADRO III - COMANDO DO EXERCITO - COMANDO DE OPERACOES TERRESTRES

ENDEREÇO DE ENTREGA
Comando do Exército – Comando de Operações Terrestres – UG
QG Exército, Bloco H, 2º Andar CEP: 70630-910 – Brasília/DF

O recebimento deve respeitar o prazo previsto na proposta. Cada órgão realizará o atesto do objeto para encaminhamento à unidade gestora para pagamento. O transporte deverá atender às exigências específicas do objeto contratado. A nota fiscal deverá obrigatoriamente conter o prazo de garantia do produto ofertado e o número da Nota de Empenho.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.3. O objeto desta contratação deverá possuir garantia mínima de 1 (um) ano, contada a partir do recebimento definitivo do material, prevalecendo, se superior, o prazo de garantia oferecido pelo fabricante. Todas as despesas relacionadas ao envio de materiais para manutenção ou substituição ficarão a cargo da contratada.
- 5.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir ou reparar, sem custos para a os órgãos, qualquer objeto que apresente defeitos decorrentes da fabricação ou do uso correto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da inconformidade.
- 5.5. O atendimento será considerado concluído na data da devolução do objeto reparado, em perfeito estado de uso, nas dependências da cada órgão. O pedido de reparo ou substituição poderá ser formalizado por telefone, e-mail ou outro meio de comunicação hábil.
- 5.6. A garantia abrange proteção contra defeitos de fabricação, montagem e desgaste excessivo.

Das Condições de Fornecimento

5.7.1. A SR/PF/DF será o órgão gerenciador responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, indicando, conforme a ordem de registro e quantitativos, a empresa vencedora para emissão da Ata SRP, conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023.

5.7.2. A contratação da empresa registrada em primeiro lugar será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, que indicará o endereço e prazo máximo para entrega, além das penalidades pelo descumprimento das obrigações contratuais.

5.7.3. A empresa convocada que não comparecer, não retirar a documentação oficial no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estará sujeita às sanções previstas no edital e legislação vigente. A SR/PF/DF poderá convocar a próxima empresa registrada ou cancelar a Ata, realizando novo procedimento licitatório, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.7.4. A contratação do objeto será efetivada mediante o recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, emitida conforme as disposições do edital, seus anexos e a proposta vencedora.

5.7.5. A Nota de Empenho será enviada por comunicação eletrônica, conforme os contatos informados pelo fornecedor. Este terá prazo de 07 (sete) dias corridos para confirmar o recebimento, iniciando-se então o prazo para entrega do material.

5.7.6. Serão realizadas até 03 (três) tentativas de envio da Nota de Empenho; na terceira tentativa será enviada notificação oficial com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento, sob pena de penalidades.

5.7.7. Caso a confirmação não seja feita, será instaurado processo para aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na legislação, assegurando o contraditório e ampla defesa.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.5.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

Fiscalização Administrativa

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 8 (oito) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, destinado à formação de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento será realizado de forma **integral a cada solicitação da Administração**, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF), nos termos do Decreto nº 11.462/2023, art. 3º, inciso II, que admite entregas em unidade dentro do SRP.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Comprovação de aptidão jurídica para o certame. Os documentos apresentados Comprovação deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.5. Caso o objeto social da Licitante, consultado no relatório do SICAFweb, não for compatível com o objeto da licitação, este deverá apresentar Cópia do Contrato ou Estatuto Social consolidado (certidão simplificada) e/ou suas alterações posteriores, ou requerimento de empresário individual (conforme o caso), comprovando vinculação ao objeto do certame;

8.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive quanto às contribuições Sociais, representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Qualificação Econômico-Financeira

8.11. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.12. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de sua apresentação - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.13. Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação;

8.14. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) ou, Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor a ser contratado, caso os índices forem menores ou igual a 1,00, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social a ser demonstrando pelo licitante através dos documentos contábeis;

8.15. A comprovação dos índices deverá ser acompanhada do Balanço Patrimonial ou Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa.

8.16. O balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.17. As empresas obrigadas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhadas das Notas Explicativas e do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal.

8.18. Empresas OPTANTES pelo regime de tributação do Simples Nacional devem apresentar o Comprovante da Opção, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>

- 8.19. Empresas constituídas há menos de 1 (um) ano deverão apresentar cópia do livro diário, contendo o balanço de abertura, registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente.
- 8.20. As sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil.
- 8.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;
- 8.22. Em se tratando de cooperativas, exigir-se-á a ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata de assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/71.
- 8.23. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará equiparado aos benefícios das microempresas e empresas de pequeno.
- 8.24. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição e observando o disposto nos § 1º e § 2º do art. 43 da lei complementar nº 123/2006.

Qualificação Técnica

- 8.25. Comprovação de compromisso com os critérios de Sustentabilidade, exequibilidade dos preços ofertados, de acordo com modelo constante no Edital.
- 8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, na forma do artigo 67, da Lei nº 14.133/21 (em consonância com o acórdão nº 361/2017 Plenário, TCU):
- 8.26.1. O Atestado deverá ser fornecido em papel timbrado, devidamente assinado e datado pelo representante da empresa /instituição, contendo o CNPJ da empresa/instituição.
- 8.26.2. O quantitativo do Bem/Serviço igual ou similar ao objeto a ser demonstrado no atestado pelo licitante deve corresponder em, no mínimo, 20% do quantitativo total do item/lote pretendido, sendo admitido somatórios de atestados ou afins.
- 8.26.3. Será permitido o somatório de atestados ou declarações para fins de comprovação da qualificação técnica da licitante, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante.
- 8.26.4. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitida por empresa do mesmo grupo econômico ou societário familiar em favor da licitante participante.
- 8.26.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Da Sustentabilidade:

- 8.27. O fornecedor no momento do recolhimento dos resíduos dos materiais consumidos e por ele fornecidos deverá apresentar documento probatório de que o referido lixo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado o lixo, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado /realizado pelo próprio fornecedor.

8.28. Quando couber, o licitante deverá comprovar, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/IBAMA, quando for exigível o CTF do fabricante, baseado na legislação do Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, de acordo com o previsto nos arts. 17, II, art. 17-c e Anexo VIII (especialmente o item 5 deste anexo, além de outros, no que couber), todos da Lei nº 6.938/1981; e art. 2º, I, a, art. 10, I, e Anexo I, todos da IN IBAMA nº 06/2013; afim de garantir o objetivo da sustentabilidade nas licitações; com referência também ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU, e demais comprovações (solicitar aos fabricantes/importadores/revendedores) pertinentes (quando for o caso).

Da Concorrência:

8.29. Observa-se que a Lei Complementar 123/2006 amplia a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, mas, não eleva a carência econômica das mesmas acima ao Interesse Público.

8.30. Ainda assim, o art. 5º do Decreto n. 8.538/2015 não desampara as ME/EPP, concedendo o critério de empate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas. Os artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº. 123 /2006 beneficia um tratamento diferenciado para as ME/EPPs nas contratações públicas. É possível verificar que o objetivo dessa concessão possui uma função social, já que busca a promoção do desenvolvimento econômico e social, ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

8.30.1. Contudo, considerando o inciso III do artigo 49 da referida Lei, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPs não for vantajoso para a Administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, além das questões de garantia e suporte técnico, inviabiliza-se a exclusividade restritiva somente para esse grupo de licitantes e justifica-se a ampliação da competitividade para o objeto.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 390.430,00

Nº	DESCRIÇÃO	QNTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Bebedouro industrial (100L, 3 torneiras, inox)	13	2.900,00	37.700,00
2	Climatizador evaporativo (100L, 280W, 220V)	3	2.900,00	8.700,00
3	Forno micro-ondas 42L, inox	26	4.000,00	104.000,00
4	Smart TV 75" 4K	21	5.300,00	111.300,00
5	Depurador/exaustor	5	600,00	3.000,00
6	Sanducheira grill inox	9	70,00	630,00
7	Fone de ouvido circumaural sem fio	200	620,00	124.000,00

Valor Global Estimado da Contratação: R\$ 389.330,00

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

- 9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação encontra-se prevista na dotação orçamentária da Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal, conforme o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus créditos adicionais, obedecendo aos limites e condições estabelecidos.

Os recursos para esta contratação estão alocados no orçamento vigente, garantindo a disponibilidade financeira para o cumprimento das obrigações assumidas, em conformidade com a legislação vigente.

O acompanhamento e controle da execução orçamentária serão realizados pela área responsável da SR/PF/DF, assegurando a conformidade com as normas aplicáveis.

10.2 Destaca-se que a futura contratação ocorrerá via Sistema de Registro de Preços, o que remete a exigência de dotação orçamentária somente no momento da contratação, conforme legislação vigente.

11. Obrigações da Contratada

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Manter, durante todo o fornecimento, a **marca ofertada** no momento da licitação. A substituição somente poderá ser realizada mediante solicitação formal da contratada e aprovação expressa da Contratante.

11.2. Comunicar à **Contratante**, por escrito, quaisquer anormalidades que possam comprometer o êxito da contratação ou o cumprimento dos prazos de entrega, apresentando, quando necessário, propostas de ações corretivas.

11.3. Produtos entregues com prazo de validade vencido deverão ser substituídos pela contratada em até **48 (quarenta e oito) horas**, contadas do recebimento da notificação pela Contratante.

11.4. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, comprovando, sempre que solicitado pela **SR/PF/DF**, a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como em relação às demais exigências legais e contratuais.

11.5. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, obrigando-se, ainda, a comunicar à **SR/PF/DF** quaisquer alterações de seus dados cadastrais para fins de atualização.

11.6. Prestar, de forma imediata, todas as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelos agentes designados pelo órgão.

11.7. Fornecer materiais **novos, de primeiro uso**, no prazo fixado neste edital, após aprovação pela Administração da Contratante, a qual reserva-se o direito de rejeitar os materiais que não atendam aos padrões especificados.

11.8. Incluir, nos preços propostos, todas as despesas com **frete, embalagem, transporte e entrega**, não sendo admitido qualquer tipo de cobrança adicional na emissão da nota fiscal/fatura.

11.9. Entregar os materiais em conformidade com as especificações constantes do Edital e seus Anexos, em perfeitas condições de uso, devendo os mesmos ser conferidos pelo setor competente de cada órgão, que atestará a regularidade da entrega.

11.10. A contratada obriga-se, independentemente de ser ou não fabricante do material, a substituir, no prazo estipulado para cada item, toda unidade que apresentar imperfeições, irregularidades ou divergências com as especificações constantes deste Termo de Referência, ainda que constatadas após o recebimento e/ou pagamento, enquanto perdurar a garantia, desde que não haja contribuição da Contratante para a ocorrência do vício.

12. Obrigações da Contratante

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nas condições, prazos e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato/ata de registro de preços correspondente.

12.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos empregados da empresa fornecedora às dependências de cada órgão relacionadas à execução do contrato, respeitadas as normas internas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

12.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com os termos de sua proposta, do presente Termo de Referência e do contrato/ata de registro de preços.

12.4. Prestar, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários para a fiel execução contratual.

12.5. Assegurar-se de que os preços contratados estejam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de modo a garantir a manutenção da vantagem da contratação.

12.6. Controlar, registrar e documentar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, informando à contratada sempre que necessário.

12.7. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LAION DE SOUSA ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/10/2025 às 17:28:57.

ALAN DE SOUZA SUEDDE

Pregoeiro

MATHEUS TIMM VIEIRA

Membro da comissão de contratação